A GRAMÁTICA ESCREVE SUA "HISTÓRIA" NA HISTÓRIA E NO ENSINO

Marcia Ione Surdi[1]

Resumo: Este texto objetiva estabelecer relações entre gramática, história e ensino, a partir de um viés discursivista, privilegiando como objeto de estudo a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima. Sobre gramática, realizarei uma breve análise de três capas, constituídas pela imagem e pela palavra, portanto, reveladoras de uma história. Quanto ao ensino, pretendo falar sobre a minha relação com a gramática: do percurso enquanto professora de língua e agora estudiosa da gramática.
Palavras-chave: gramática, história, ensino.

Escrever este texto me fez mexer num passado, organizar materiais para, assim, construir uma memória da gramática no tempo presente. E foi nessas andanças, do passado para o presente, do presente para o passado, sempre com vistas ao devir, que pude perceber que a gramática carrega consigo dois termos que se relacionam entre si; que se relacionam com ela; que estabelecem relações entre ela e o meu fazer cotidiano. Estou falando de história e ensino.

Falar sobre gramática, neste momento, implica estabelecer relação com a história e com o ensino. Mas esse gesto de estabelecer relação não é o único possível e bem se sabe que não é o primeiro, nem será o último.

Se o passado se liga de alguma forma com o presente, não posso deixar de estabelecer relações entre história-ensino de gramática e o objeto de estudo privilegiado em meu trabalho de dissertação que está em elaboração. Este objeto específico constitui-se em torno de três edições da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, de Carlos Henrique da Rocha Lima, mantendo um diálogo com os termos história e ensino, considerando que gramática, história e ensino se imbricam e se complementam.

Tratarei a gramática, neste texto, tal como a define Orlandi (2007), como um objeto histórico, um instrumento lingüístico que

[1] Mestranda em Letras/Estudos Lingüísticos UFSM/PPGL/Laboratório Corpus, sob orientação da profª Dr. Verli Petri; Professora da Unochapecó, SC.

constitui um lugar de construção e representação da unidade e da identidade (Língua/Nação/Estado). O recorte, então, privilegia especificamente o que materialmente representa este objeto; a primeira imagem que o leitor tem: a capa, neste caso, as capas das três edições selecionadas, constituídas pela imagem e pela palavra.

Estou entendendo a questão da imagem a partir do que nos diz Pêcheux e Davallon, respectivamente, em seus artigos publicados em **Papel da Memória**. Segundo Pêcheux (1999), a questão da imagem encontra a análise de discurso pelo viés de uma imagem opaca e muda, atravessada e constituída por um discurso. Já para Davallon (1999), a imagem é um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação e tem a capacidade de regular o tempo e as modalidades de recepção da imagem em seu conjunto ou a emergência da significação, além de ser durável no tempo.

"Olhar" para essas imagens, as capas da gramática, vai significar tomá-las em seus atravessamentos e constituídas por discursos. São imagens diferentes, de épocas diferentes, com histórias diferentes, suscetíveis à leitura e à interpretação.

Numa tentativa de re-construir uma memória bem particular, iniciarei pela interpretação, leitura de seu estado atual, pois considerando Macherey (apud CANGUILHEM, 2007, p. 269), "a investigação de um passado coincide, então, com um trabalho de decomposição; trata-se de descobrir retrospectivamente parcelas, germes de verdade, e livrá-las das margens de erro." Portanto, minha exposição será regressiva, vou na contramão da história cronológica.

Eis as imagens:

Capa utilizada de 1991, 31ª ed., até o presente ano.

Capa utilizada de 1972, 15ª ed., até 1990, 30ª ed.

Capa utilizada de 1957, 1ª ed. Até 1969, 14ª ed.

Na 31ª edição, um elemento constitutivo da capa tem maior destaque. O nome do gramático, Rocha Lima, tem posição de destaque com letras grafadas em tamanho grande. Arriscamo-nos a inferir o seguinte: os leitores virtuais desta obra compram, lêem, estudam, etc. ROCHA LIMA, e não necessariamente a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**.

Nesse sentido, faz emergir a noção de designação, tratada neste trabalho a partir de Guimarães.

> A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2005, p. 9).

Assim, assim, arriscamo-nos a dizer que a designação nomeia, mas também significa, qualifica e representa.

Em 1991, pode-se escrever em fonte de tamanho menor os termos Língua Portuguesa, porque esta nomenclatura já está instituída, terminou o tempo de litígio. Antes, falava-se em Português, em Língua Brasileira, em Língua Nacional, hoje, a Língua Portuguesa é a língua dos brasileiros.

A partir da 15ª edição, a gramática teve consideráveis alterações em sua representação imagética. A ilustração da capa representa uma indagação, ou melhor, duas indagações:

- As duas imagens, Portugal e Brasil, representam a unidade da Língua Portuguesa entre esses países? Ou
- As duas imagens representam a diferença *da* e *na* língua entre Portugal e Brasil?

A imagem da esquerda é a Torre de Belém, em Portugal. A imagem da direita é a Catedral de Brasília, que teve sua construção finalizada em 1970.

Já as quatro palavras (do título) têm a mesma fonte, logo a mesma importância e, na capa de 1991, o destaque vai para Gramática Normativa e para o nome do autor.

A primeira capa foi utilizada da 1ª edição até a 14ª edição, ou seja, de 1957 a 1969. Nessa capa, o nome da gramática aparece de forma completa: **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, ou seja, especificamente da Língua Portuguesa.

Posso ancorar meu dizer em Orlandi (2007, p. 55), quando a autora argumenta que

> A gramatização do português brasileiro, além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como conseqüência algo mais substancial e definidor: a constituição de sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições.

Segundo a autora, com um já claro estabelecimento do Estado brasileiro, em 1900, e a garantia da diferença em relação a Portugal, as gramáticas têm a função de manter em sua configuração os limites da identidade brasileira.

Mas conseguimos encontrar vestígios dessa marcação de identidade nacional, brasileira, porém de Língua Portuguesa, também em gramáticas produzidas na década de 50, que são nosso objeto de estudo.

A partir da 3ª edição, incluiu-se a informação de que a gramática estava adaptada à Nomenclatura Oficial.

Não consta no prefaciamento da obra, mas Rocha Lima fez parte da comissão que elaborou o texto da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, considerada o resultado de um esforço para padronizar a terminologia gramatical. Da comissão, fizeram parte, também, Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Cândido Jucá (filho) e Celso Ferreira da Cunha. A Portaria e o texto da NGB foram publicados no Diário Oficial da União, de 11/5/1959[2].

Segundo Dieli Palma e Maria de Fátima Mendes (2006), no artigo *A Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima: A Continuidade nos Estudos Gramaticais*, o autor afirma que, apesar de adequar sua obra à NGB, ele relaciona à parte, num apêndice, pontos da NGB que não coincidem com a doutrina da Gramática Normativa. Essas não-coincidências entre NGB e Gramática Normativa serão, ainda, investigadas em nosso trabalho.

Até o momento, falei em gramática e história, em memória e ensino, agora, pretendo falar sobre minha relação com a gramática, de meu percurso enquanto professora de língua e agora de estudiosa da gramática, via discursividade.

---

2 Disponível : <http://www.paulotadeu.com.br/arquivos/NGB.DOC> Acesso em: 08 de out. 2008.

Meu percurso enquanto professora de língua inicia-se em 1998, como professora de Língua Inglesa para crianças (aulas particulares) com idade entre nove e doze anos, em que tinha por base a gramática.

Em 2000, ingressei no magistério através de concurso público para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental. Assim, em 2000, em um turno trabalhava com Língua Inglesa e em outro turno com 3ª série, todas as disciplinas, com exceção de Educação Física. Na seqüência, em 2001, saí da sala de aula e assumi várias salas de aula como coordenadora pedagógica de uma escola de educação infantil e não trabalhei mais com Língua Inglesa. Em decorrência de manobras pessoais, em 2002, mudei-me para outra cidade e fui trabalhar com alfabetização.

Em 2003, saí de fato da sala de aula e comecei a trabalhar em uma atividade administrativa em uma instituição de ensino superior. Assim, de 2003 a 2006, a gramática passa despercebida, não é foco de trabalho, nem de estudo.

Somente em 2007 volto a me questionar sobre gramática, quando realizo uma pesquisa para o curso de especialização que estava concluindo, com professores do ensino fundamental, a partir de um enfoque sociolingüístico, e um professor é questionado sobre o que considera ser variação lingüística e responde-me o seguinte: "é o uso da gramática em seu uso oficial e nacional, de forma irrestrita". Fiquei impressionada e assustada com o que ouvi, mas a história de formação desse professor revela o porquê dessa afirmação. Posso dizer que essa resposta é, de certa forma, responsável por eu estar aqui hoje, no mestrado em Letras, refletindo sobre gramática.

Neste ano, voltei para sala de aula, no ensino superior, e a gramática me persegue diariamente, nas aulas de Português Instrumental, de Tópicos em Comunicação e Expressão, de Comunicação Empresarial...

Para concluir, tentarei responder a seguinte indagação que partiu de minha orientadora:

"Se estudas o diferente, por que o que é normativo te seduziu tanto?"

Bem, arriscarei uma resposta: na verdade, não acredito na completude da gramática normativa, pois compreendo que o diferente está nela, desde a capa até sua constituição interna, assim como a idéia de que a língua não se constitui como um objeto homogêneo e sim como um conjunto em que tem lugar a

diversidade/variedade/heterogeneidade, o “diferente” e, apesar de o diferente não ser o modelo de língua, não é possível excluí-lo da língua. Mesmo em um instrumento lingüístico que objetive descrever/prescrever uma unicidade, o heterogêneo emerge, desliza e funciona, uma vez que o “diferente” é constitutivo da língua.

Referências Bibliográficas

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**: **Um Estudo Enunciativo da Designação**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

MACHEREY, P. A Filosofia da Ciência de Georges Canguilhem. In: CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ORLANDI, E. P. (Org.) **Política Lingüística no Brasil**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

PALMA, D. V.; MENDES, Maria de F. A Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima: A Continuidade nos Estudos Gramaticais. In*:* BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.) **História Entrelaçada 2**: **A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.